

“A MENTIRA FEMINISTA DO PATRIARCADO”: REPERTÓRIOS DE CONFRONTO ANTIFEMINISTAS NO BRASIL

“Patriarchy’s feminist lie”: repertoires of anti-feminist contention in Brazil

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Professora do DESP da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPel.

Roberta Alano

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo

Frente a emergência das iniciativas anti-gênero, o trabalho examina os repertórios de confronto adotados por grupos antifeministas no Brasil, de 2013 a 2022, a partir da obra de Charles Tilly (2006). Por meio de uma revisão da literatura e da construção de um banco de dados, obtido com uma pesquisa hemerográfica nos portais G1 e UOL, identificamos quais são os repertórios de confronto utilizados e quem são os atores que os mobilizam. Ao final, apontamos para uma inflexão nos repertórios de confronto antifeministas, que passaram de ações mais tradicionais — como marchas e discursos fundamentalistas — para estratégias de ação coletivas hodiernas, como fóruns e congressos. Ademais, destacamos como esses grupos se tornaram proeminentes no campo político, notadamente, entre as manifestações que antecederam as eleições de Dilma Rousseff e o fim do mandato presidencial de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: antifeminismo; repertórios de confronto; ação coletiva; anti-gênero

Abstract

In response to the emergence of anti-gender initiatives, this study examines the repertoires of contention adopted by antifeminist groups in Brazil from 2013 to 2022, drawing on Charles Tilly’s work (2006). Through a literature review and the construction of a database obtained through hemerographic research on the G1 and UOL portals, we identify the repertoires of contention used and the actors mobilizing them. Ultimately, we point to a shift in antifeminist repertoires of contention, transitioning from more traditional actions such as marches and fundamentalist speeches to contemporary collective action strategies like forums and conferences. Additionally, we highlight how these groups have become prominent in the political landscape, especially in the events preceding Dilma Rousseff’s elections and the end of Jair Bolsonaro’s presidential term.

Keywords: antifeminism; repertoires of contention; collective action; anti-gender

Introdução

Em quatro de agosto de 2018, 150 pessoas — homens, majoritariamente — se reuniram no auditório da Igreja de Sant’Anna, no centro do Rio de Janeiro, para “fomentar o debate sobre os malefícios do Movimento Feminista ao progresso de uma sociedade livre e segura para as mulheres do nosso país” (Aquino, 2020, p.27). Acontecia o 1º Congresso Antifeminista do Brasil. Durante as cinco horas de duração, palestrantes falaram sobre a incompatibilidade do feminismo com os princípios religiosos, a ideologia comunista e a proibição do aborto. “Somos pessoas que se opõem radicalmente à ideologia feminista, que quer promover uma agenda ideológica de esquerda”¹, define a autodeclarada antifeminista Sara Winter, organizadora do evento.

Desde os feminismos considerados radicais até os feminismos mais amplamente aceitos pela sociedade e veiculados pelos meios de comunicação, é inegável que os movimentos feministas causaram uma profunda transformação na forma como as sociedades são concebidas em todo o mundo. Essas mudanças provocaram reações variadas nos sistemas patriarcais e, sobretudo, na aparição de um contramovimento: o antifeminismo. Este contramovimento é caracterizado por uma série de narrativas e práticas que buscam deslegitimar e enfraquecer os movimentos feministas (Bonet-Martí, 2021). Entre as formas distintas de operação desse fenômeno, ecoam discursos que questionam a relevância das lutas feministas, negam a existência de desigualdades de gênero e defendem a permanência dos papéis de gênero tradicionais.

O antifeminismo é tão antigo quanto o movimento que busca combater. Raquel Soihet (2005) aponta que, ainda nos anos 1960, a zombaria era utilizada por grupos antifeministas como uma forma de ridicularizar e desqualificar as lutas feministas, associando-as a estereótipos negativos e pejorativos. Reportagens noticiadas pelo periódico *O Pasquim* apresentavam as mulheres feminista como agressivas, feias, burras e masculinas. Para Soihet (2005), ao ridicularizar as lutas feministas, esses grupos buscavam manter as hierarquias patriarcais e impedir o avanço em direção à igualdade de gênero. Seis décadas depois, grupos antifeministas permanecem com um ideal de *mulher feminista* próximo ao sugerido pelo *O Pasquim*. O blog *Mulheres Contra o Feminismo*, ativo desde 2012, descreve as mulheres feministas como “masculinizadas, velhas, rodadas, rancorosas, invejosas e sozinhas” em um texto publicado em março de 2022 (Mulheres fem..., 2022).

A partir de 2010, uma série de ações coletivas pautadas pelo antifeminismo ganharam força: manifestações, distribuição de cartazes, eventos a nível nacional e encontros regionais, além da produção de conteúdos digitais e comunidades virtuais. À vista desse

1 Em entrevista para a *Folha de S.Paulo*.

fenômeno, a pesquisa, ainda em fase exploratória, questiona quais foram e como se articularam os repertórios de confronto² de grupos antifeministas no Brasil entre 2013 e 2022. Iniciada em 2010, a década viu o amadurecimento do feminismo da quarta onda, com um *boom* de novos ativismos nas ruas e nas redes. Para Hollanda (2018), as ações dessa onda atingiram diferentes setores da sociedade, no Brasil, particularmente desde 2015, mas já mostravam força em manifestações públicas, como na Marcha das Vadias. Essa marcha/movimento, iniciado no Canadá anos antes, chegou ao Brasil e foi organizada por coletivos em pelo menos quarenta cidades do país, versando sobre a autonomia das mulheres sobre o seu próprio corpo. Adicionalmente, nas redes foram várias as campanhas com o uso de *hashtags* e a produção de veículos de comunicação próprios. É central na quarta onda a reflexão sobre identidade, gênero, diferença e desigualdade, e tanto o feminismo negro quanto o transfeminismo ganham visibilidade. Os antifeminismos no país surgem, em alguma medida, como uma resposta à viabilidade e politização desses grupos.

O período analisado abarca desde as manifestações brasileiras de junho de 2013, que precederam as eleições de Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e expuseram uma nova dinâmica na política brasileira, até o término do mandato presidencial de Jair Bolsonaro — à época, filiado ao Partido Liberal (PL) — em 2022. Segundo Abreu e Leite (2016), as manifestações de 2013, conhecidas como “as Jornadas de Junho”, introduziram novos modelos de ativismo político nacional que estimularam debates acadêmicos. Nos anos subsequentes, movimentos associados à direita, como o *Movimento Brasil Livre* (MBL), emergiram como forças políticas significativas no cenário nacional e lideraram a mais expressiva onda de manifestações desde a redemocratização do país (Baron, 2019). O período delimitado encerra-se em 2022, marcado pelo término do mandato de Bolsonaro, figura central na ofensiva anti-gênero que reverberou na esfera política e nos debates sociais, e pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência, que indicou uma possível guinada em direção a políticas mais progressistas no país.

Como fundamentação teórica, o estudo utiliza o conceito de repertório de confronto de Charles Tilly (2006), compreendendo-o como um conjunto de símbolos e práticas que representam entendimentos compartilhados por um determinado grupo, associado por aspectos culturais e estruturais. Essas ações coletivas podem ser variadas, são repetidas, e incluem protestos, greves, campanhas, manifestações, boicotes, encontros, entre outras. Os repertórios também podem ser definidos como o *conjunto de formas de ação* adotado por determinada coletividade, embora não exclusivo a ela, que se altera estrategicamente conforme o contexto em que os grupos de atores estão inseridos (Alonso, 2012).

De acordo com Charles Tilly (2006), o repertório é construído e transformado ao

2 A discussão sobre a tradução de “contention” pode ser observada em Alonso (2012).

longo do tempo por meio da interação entre grupos sociais e instituições sociopolíticas. O autor argumenta que os movimentos sociais — ou contramovimentos — são capazes de transformar a si mesmos e aos seus repertórios por meio de participação na política e da luta pelo poder, uma vez que são moldados pelas circunstâncias históricas, culturais e políticas em que as ações coletivas ocorrem. Para Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2001), a política de confronto é impulsionada por tensões estruturais e moldada pela interação entre os atores (grupos de indivíduos ou organizações) e as instituições políticas. Contrastando com a ação coletiva, o repertório de confronto “é diferenciado pelo fato de que as pessoas não apenas agem coletivamente, mas também fazem reivindicações que afetam (ou seja, ameaçam) os interesses de outras pessoas” (ABRAMS et al, 2022, tradução nossa³).

A análise dos repertórios não se restringe, exclusivamente, aos estudos dos movimentos sociais, a exemplo de Fernandes (2020) e Gomes (2019). Neste estudo, recorreremos aos repertórios de confronto para compreender as formas de ação de um contramovimento. Silva e Pereira (2020) sustentam que os estudos sobre movimentos sociais na bibliografia brasileira negligenciaram por um tempo atores contestatórios provenientes de setores conservadores e/ou reativos. Isso ocorreu devido a uma perspectiva analítica *movimento-cêntrica*, que favorecia certos atores em detrimento de outros. Além disso, ao discutir as lacunas epistemológicas nos estudos de gênero, Santana (2022) ressalta a importância da análise dos conservadores religiosos e de suas conexões com diversas forças políticas na configuração de uma política sexual e de gênero democrática.

Metodologia

O trabalho faz uso de uma metodologia qualitativa. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), cobrindo o período de trinta e dois anos (1990-2022), nos acervos das plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar* e no *Portal de Periódicos da CAPES*, com a palavra-chave “antifeminismo”. O string de busca “antifeminismo” foi acompanhado dos seguintes filtros: (1) Idiomas: Português, Inglês e Espanhol; (2) Ano de publicação: de 1990 a 2022; (3) Área Temática: Ciências Humanas e Sociais; (4) Tipo de literatura: Artigo. Na pesquisa realizada entre maio e julho de 2023, a incidência apresentada foi 11.200 resultados no Google Scholar, 12 resultados na SciELO e dois resultados no Portal de Periódicos da CAPES. Após o processo de depuração com leitura e aplicação de critérios de exclusão, o material bibliográfico selecionado concentrou 78 artigos.

³ “(...) is differentiated by the fact that not only do people act collectively, but they also make ‘claims that bear on [i.e., threaten] other people’s interests’”.

O trabalho conta também com uma pesquisa hemerográfica nos acervos dos portais de notícias *GI* e *UOL* — selecionados por indexarem veículos de comunicação de todo o território brasileiro e, portanto, contarem com abrangência nacional. A hemerografia cobriu repertórios de confronto, noticiados entre 2013 e 2022, de caráter antifeminista. Para a busca das notícias, foram utilizadas as palavras-chave “antifeminismo”, “antifeminista”, “feminismo”, “aborto” e “ideologia de gênero” — as três últimas adicionadas em decorrência de uma pesquisa exploratória que identificou que grande parte do *backlash* contrário ao feminismo não é denominado como antifeminista pelos jornais⁴. A escolha dos termos “aborto” e “ideologia de gênero” como palavras-chave foi oriunda da revisão bibliográfica, que aponta as temáticas como emblemáticas nos discursos e práticas antifeministas no Brasil durante o período investigado, e permitir a cobertura de eventos como a Marcha Nacional da Cidadania pela Vida contra o Aborto (Santos, Mottin e Silva, 2022; Anjos, 2022; Balieiro e Narzetti, 2022; Aquino, 2020; Aguiar e Pereira, 2019; Schmidt, 2006).

A partir das notícias selecionadas, foi construído um banco de dados com a identificação das seguintes categorias: tipo de repertório, tema, local, data, grupo antifeminista mobilizado, organizações vinculadas e prováveis lideranças. Os tipos de repertório foram separados em seis categorias — manifestação, marcha, encontro, boicote, afixação de cartazes e acampamento —, os temas foram adicionados conforme os assuntos principais de cada repertório e os grupos antifeminista mobilizados foram separados em liberais, conservadores, masculinistas e religiosos. Para a categorização dos grupos, partimos das seguintes definições: antifeministas liberais criticam certos aspectos do feminismo⁵, enfocando a igualdade individual e questionando a ênfase nas diferenças de gênero. Antifeministas conservadores, por sua vez, valorizam tradições, resistindo a mudanças que percebem como ameaças às normas culturais. Já os grupos masculinistas destacam questões específicas daquilo que compreendem como direitos dos homens, enquanto grupos antifeministas religiosos baseiam-se em interpretações religiosas das normas de gênero, resistindo a transformações sociais desafiadoras de suas tradições⁶. Até o momento de escrita deste artigo, 51 eventos foram selecionados, extraídos de 37 matérias publicadas pelo portal *GI* e 14 divulgadas no *UOL*.

4 Como exemplo, ver Cartazes... (2016), onde o termo utilizado é “contra o feminismo”.

5 Antifeministas liberais podem ter aproximações com pautas feministas, como a adesão do “empreendedorismo feminino” em determinados discursos e ambientes, embora critiquem a noção de privilégios de acordo com gênero e/ou raça.

6 Além de rejeitarem o movimento feminista e a promoção de direitos para as mulheres, algumas agremiações apoiam a ideia de que as mulheres devem estar submissas aos homens e que a igualdade de gênero é uma ameaça à “família tradicional”. Ademais, alguns grupos possuem membros abertamente misóginos e que, por vezes, defendem a violência contra as mulheres.

Apontamos, contudo, que o processo de seleção dos repertórios é substancialmente influenciado pela cobertura midiática, a qual tem a tendência de priorizar casos de grande impacto ou relevância noticiosa, frequentemente relegando ocorrências de menor destaque. Nesse sentido, a triagem para cobertura de notícias pode negligenciar repertórios mais comuns, especialmente os que se manifestam predominantemente no ambiente digital (como ataques *trolls* e o disparo em massa de mensagens). Ademais, a reportagem pode refletir os interesses e perspectivas dos proprietários dos meios de comunicação ou dos jornalistas responsáveis pela cobertura, que introduz um viés na seleção e apresentação das informações.

Apesar das limitações mencionadas, a pesquisa hemerográfica permanece como uma ferramenta útil na investigação qualitativa. Por meio do registro histórico dos eventos noticiados, proporciona uma maneira de contextualizar e compreender como esses repertórios são interpretados e discutidos publicamente. Além disso, a análise hemerográfica possibilita a identificação de tendências e padrões na cobertura midiática ao longo do tempo, bem como a examinação das mudanças nas percepções e discursos públicos sobre determinados temas.

Análise e discussão dos dados de pesquisa

Embora o antifeminismo seja tão antigo quanto o seu conceito antagônico, a discussão sobre o tema é menor e mais recente do que a produção intelectual sobre feminismo. O antifeminismo pode ser definido “como maior oposição às diferentes vertentes do feminismo” (Silva e Gomes, 2022, p.6); “reação conservadora ao discurso feminista” (Balieiro e Narzetti, 2022, p. 96); “fenômeno, assim denominado por caracterizar pensamentos ou práticas que objetivam limitar, contradizer, deslegitimar ou não reconhecer os avanços de direitos pelas mulheres” (Pinto, 2021, p. 12). Na literatura, o termo *antifeminismo* também aparece como sinônimo de feminismo essencialista ou parte constituinte do essencialismo de gênero (Moita, 2013; Moreira, 2019). De fato, o antifeminismo enfatiza as diferenças biológicas entre homens e mulheres para justificar papéis de gênero — como, por exemplo, a defesa de um “instinto materno” para sustentar a ideia de que a maternidade é uma função primordial das mulheres. Contudo, de acordo com Paulilo (2016, p.302), as feministas essencialistas são aquelas que “creem existir uma ligação inata, essencial, entre mulheres e natureza”. Em que pesem as críticas a esta concepção⁷, não é possível afirmar que o feminismo essencialista rejeita o movimento feminista e a busca por igualdade de gênero; enquanto o antifeminismo “é marcado por uma posição de discordância com

7 Críticas do essencialismo apontam que “defender que há uma “essência feminina” seria correr o risco de reforçar e perpetuar essa dominação” (PAULILO, 2016, p.302).

as ideias e ideais feministas” (Santos, Mottin e Silva, 2022, p.5).

A revisão bibliográfica aponta também para uma lacuna nos estudos de gênero sobre antifeminismo a partir da abordagem de repertórios de confronto, notadamente liderada por Charles Tilly (1993; 2006; 2012), como ferramenta analítica. Isso se deve, em parte, pela predileção das autoras e autores a utilizarem o antifeminismo enquanto uma categoria ideológica e/ou sistema organizado de crenças ou valores discriminatórios frente a concepção de movimento/contramovimento; sendo entendido “como um retrocesso no processo de modernização da sociedade, expressão de fisionomia da tradição, ou expressão de preconceito, relacionada à problemática do “lugar” da mulher como parte de grupos socialmente discriminados na sociedade brasileira” (Cruz e Dias, 2015, p.35).

Para responder à questão norteadora da pesquisa, optou-se por privilegiar a ideia de antifeminismo como contramovimento, sugerida por Jordi Bonet-Martí (2021). A partir de uma revisão da literatura, o autor descreve o antifeminismo como uma resposta reativa aos avanços conquistados pelos movimentos feministas em termos de igualdade de gênero e direitos das mulheres. Na concepção de Bonet-Martí (2021), o antifeminismo não se limita a uma oposição aos movimentos feministas, mas sim uma resposta ativa e organizada ao feminismo; e, portanto, com “ações e estratégias de resistência/oposição e deslegitimação dessas lutas” (Oliveira, 2020).

A partir da pesquisa hemerográfica, os repertórios selecionados foram categorizados nas seguintes seções: i) manifestação, isto é, reuniões públicas para expressar, pressionar ou reivindicar determinado tema ou demanda; ii) marcha, que abrange o deslocamento, de modo organizado e em conjunto, por determinado percurso, com um fim ou interesse comum; iii) boicote, compreendido com a abstenção coletiva, como protesto ou represália, de qualquer colaboração ou relação com pessoas, produtos e organizações; iv) encontro, categoria que engloba palestras, congressos, fóruns e seminários, desde que estas sejam públicas, coletivas e episódicas (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001); v) afixação de cartazes, que descreve a prática de espalhar mensagens ou informações em locais públicos através de cartazes ou lambes; e, por fim, vi) acampamentos, que engloba situações em que grupos se estabelecem temporariamente em locais específicos como forma de protesto ou demonstração de apoio a uma causa.

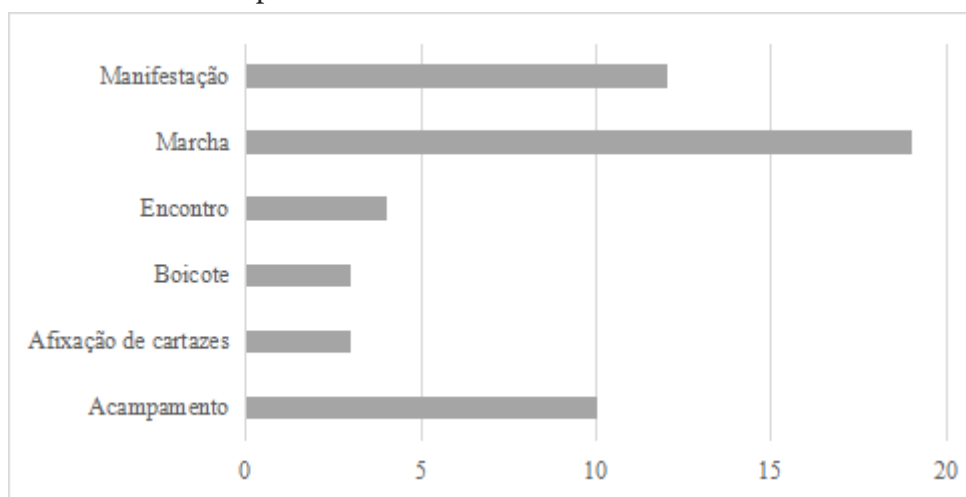
No Brasil, é possível observar diferentes grupos sociais com abordagens antifeministas, sobretudo, a partir dos avanços das tecnologias de comunicação e da ascensão da extrema direita ao poder (Beleli, 2022). Aqui, chamamos atenção para quatro grupos, a partir dos resultados encontrados na revisão bibliográfica: religiosos, conservadores, liberais e masculinistas⁸ (Ruibal, 2014; Miguel, 2021; Bonet-Martí, 2021; Galzerano, 2021;

8 Estes grupos antifeministas constituem-se como categorizações analíticas, delineadas a partir da literatura que fundamenta o estudo. Neste sentido, nosso propósito inicial não reside na delimitação conceitual

Teixeira e Biroli, 2022; Barreira, 2022; Santoire, 2022; Santana, 2022; Santos, Mottin e Silva, 2022; Del Pino Díaz, 2024). Os dois primeiros grupos abrangem os religiosos e conservadores, que valorizam os papéis tradicionais da mulher como esposa e mãe, enquanto condenam o aborto e práticas sexuais que não sejam heterossexuais.

O terceiro grupo é composto pelos chamados *liberais na economia, mas conservadores nos costumes*, que compartilham crenças conservadoras, mas incorporam elementos discursivos do feminismo liberal, como a promoção do empreendedorismo feminino. Por último, os chamados grupos masculinistas, como Redpill, Incel e MGTOW (acrônimo para *man going their own way*, isto é, homem seguindo seu próprio caminho, em tradução livre). Esses grupos rejeitam ativamente o movimento feminista e a promoção dos direitos das mulheres. Além disso, algumas dessas agremiações apoiam a ideia de que as mulheres devem ser submissas aos homens e consideram a igualdade de gênero uma ameaça à “família tradicional”. Não raramente, alguns de seus membros manifestam misoginia aberta e, ocasionalmente, endossam a violência contra as mulheres.

Gráfico 1 - Repertórios antifeministas no Brasil entre 2013 e 2022



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Com bandeiras do Brasil estampadas com nascituros, as marchas “pela vida e contra o aborto” acontecem de forma anual em Brasília e, com menos regularidade, em diversos outros municípios do país — o que justifica a ressalva que a marcha possui quando comparado a outros tipos de repertório, bem como a ênfase no tema do aborto. O público é diverso: a marcha reúne religiosos, conservadores e liberais (na economia). É possível que integrantes de grupos masculinistas também construam esse tipo de repertório, embora não existam elementos gráficos ou discursivos que confirmem essa participação.

é discriminativa entre religiosos, conservadores, liberais e masculinistas; mas em identificar quais atores engendram e mobilizam os repertórios antifeministas no país.

Apesar do eixo temático, os manifestantes estão carregados por outros símbolos aos quais são atribuídos significados políticos e religiosos (como camisetas da seleção brasileira, bandeiras de Israel, estatuetas de santos, cruzeiros e terços). Cartazes, faixas e bandeiras também são produzidos especialmente para o evento, como bandeira brasileira adulterada com os dizeres “Brasil sem aborto, Brasil sem drogas” que se popularizou na marcha de 2016 e, posteriormente, foi içada por Jair Bolsonaro durante o desfile militar da comemoração dos 200 anos do Brasil em 2022 (Brasil sem..., 2022).

As manifestações aparecem como o segundo repertório mais frequente dos grupos antifeministas. Elas englobam desde protesto contra a “ideologia de gênero” nas escolas a grandes reuniões pró-impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff que, embora não sejam exclusivamente antifeministas, possuem o antifeminismo como parte da agenda política (Católicos..., 2016). Neste sentido, alguns acampamentos bolsonaristas que ocorreram entre 2018 e 2022 também foram selecionados, como o “Acampamento dos 300” organizado por Sara Winter em 2020, que, dois anos antes, liderou o I Congresso Antifeminista do Brasil. Os repertórios de acampamento também incluem as ocupações de manifestantes pró-vida — sobretudo, vinculados a grupos religiosos — na frente de hospitais e centros clínicos que oferecem assistência a mulheres que sofreram estupro (Vieira, 2019).

Após os ciclos de protestos entre 2013 e 2016, houve um declínio na utilização das marchas como forma preponderante de ação coletiva. Em decorrência disso, outros repertórios de confronto emergiram e se somaram às marchas e manifestações tradicionais. Esses novos repertórios representam uma novidade na contramobilização. A diversificação desses repertórios ficou evidente com o surgimento de acampamentos e encontros — práticas comuns em movimentos sociais —, que constituem uma tentativa deliberada de consolidar uma plataforma de oposição ao feminismo. Embora ainda não tenham alcançado uma visibilidade massiva, esses eventos indicam um movimento crescente de organização e mobilização dentro do espectro antifeminista e sugere uma possível evolução enquanto contramobilização, a partir dos novos repertórios de confronto adotados por esses grupos.

Os boicotes e a fixação de cartazes aparecem com menos frequência. Em mais de uma ocasião, lambes com frases machistas e/ou antifeministas aparecem em espaços educacionais, como escolas e universidades. A suspeita mais frequente relatada nas reportagens é que os responsáveis por essas ações sejam os próprios alunos das instituições, que podem ter aproximação com grupos liberais-conservadores e masculinistas. Para Santos, Mottin e Silva (2022, p.2). “a investida de poder das forças conservadoras sobre a educação utiliza diversas estratégias para atacar em diferentes frentes, com o objetivo de avançar sobre o espaço educativo formal”. Em uma análise conduzida por Gomes e Cantu (2023)

sobre os boicotes conservadores direcionados a *Natura* e *O Boticário*, observa-se que grupos conservadores e religiosos não têm conseguido exercer o mesmo nível de influência em confrontar empresas em questões relacionadas ao marketing LGBTQIA+ e feminista quando comparados à sua atuação na política institucional. Apesar da frequência de manifestações públicas contra a ideologia de gênero em campanhas de marketing, estas não têm obtido o sucesso almejado; os autores sugerem que esses reivindicantes ainda carecem da expertise ou dos recursos necessários para coordenar repertórios eficazes nesse âmbito.

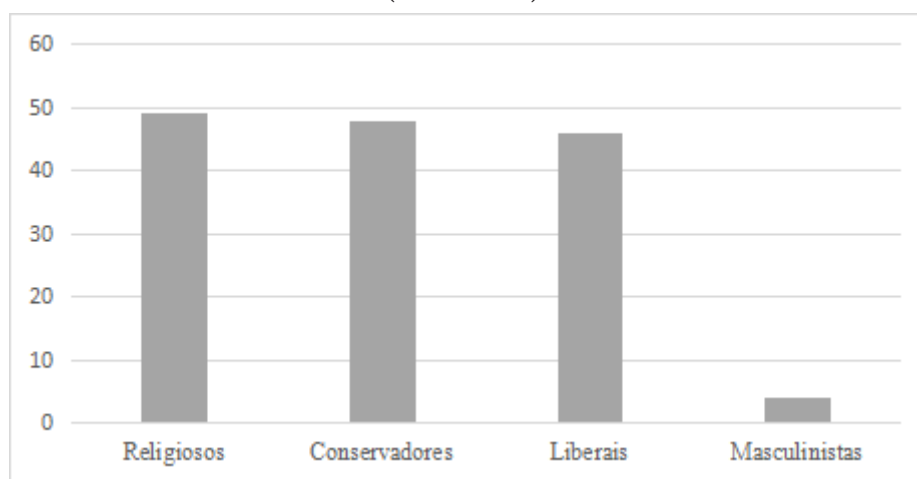
Do mesmo modo, os encontros ainda não aparecem de forma expressiva enquanto repertório antifeminista, mas traçam uma importante inflexão nas escolhas de ação desses grupos. Eventos como a palestra pública “Desmascarando o feminismo” em 2017, o I Congresso Antifeminista do Brasil em 2018 e o 1º Fórum Antifeminista do Rio Grande do Norte em 2022 assumem o termo antifeminista como identidade e como contramovimento. Aguino (2020, p.32), ao investigar o I Congresso Antifeminista do Brasil, afirma que “a construção de narrativa com intenção de desconstruir e desvalorizar o movimento feminista, suas conquistas e lutas, envolve construção e legitimação de discurso, disputa e conflito de poder”. Rosado-Nunes (2015) destaca que os argumentos principais para a consideração negativa do gênero como uma ideologia prejudicial estão ligados às suas concepções sobre moralidade sexual e reprodutiva, e conseqüentemente sobre a estrutura familiar, fundamentadas em sua interpretação da “natureza humana”. Assim, as abordagens feministas, que se fundamentam em uma perspectiva de gênero ou nas relações sociais de sexo, contestam e desmantelam essa visão estática e biologicista da natureza humana. Essa desconstrução exerce um impacto substancial tanto na estrutura real quanto na simbólica do catolicismo.

A partir dos repertórios selecionados, observamos que os três principais grupos antifeministas — religiosos, conservadores e liberais — não possuem repertórios de confronto particulares e frequentam os mesmos espaços de ação. Conforme o gráfico a seguir, há um pequeno destaque para os grupos religiosos, que são os principais articuladores das marchas e campanhas pró-vida. Os grupos masculinistas são a exceção pois não há elementos suficientes para identificá-los nesses repertórios.

Identificar os repertórios mobilizados por grupos masculinistas é difícil. Esses grupos se concentram em *chans* — fóruns online alimentados com textos e imagens de forma coletiva e, principalmente, anônima. De acordo com Ging (2019), a dificuldade de compreender as práticas masculinistas está no amplo fracionamento dos grupos e na natureza transnacional das ações, com sobreposição de práticas locais, regionais e globais. Na pesquisa hemerográfica, as reportagens sobre masculinistas apareceram na editoria de tecnologia, ainda que trouxessem relatos de discursos de ódio e violência. A literatura confirma que a atuação dos masculinistas acontece de forma majoritária em ambientes

digitais (Ging, 2019; Oliveira e Silva, 2021; Oliveira, Lima e Gomes, 2019). Comentários misóginos em massa em páginas de feministas (ou “ataques de *trolls*”)⁹ e boicotes virtuais são repertórios observáveis.

Gráfico 2 - Presença de grupos antifeminista em repertórios de confronto no Brasil (2013-2022)



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

A internet oferece maior visibilidade para ofensivas conservadoras antifeministas em comparação com a atuação nas ruas (Bonet-Martí, 2022). As redes sociais se tornaram espaços privilegiados para o debate público e a expressão de opiniões. O antifeminismo, assim como outros movimentos sociais e contramovimentos, encontrou nesses espaços uma maneira eficaz de disseminar ideias, alcançar um público mais amplo e mobilizar apoiadores. Cruz e Dias (2015) observam que, simultaneamente à ampliação do acesso e da troca de informações proporcionados pela cultura digital, ocorre também a disseminação da intolerância em relação à igualdade de gênero. O ambiente virtual oferece anonimato e uma sensação de distanciamento físico, o que encoraja indivíduos a expressarem opiniões que possivelmente seriam reprimidas em interações presenciais; tal característica facilita a disseminação de conteúdos e a formação de comunidades virtuais que amplificam ideologias conservadoras e discriminatórias.

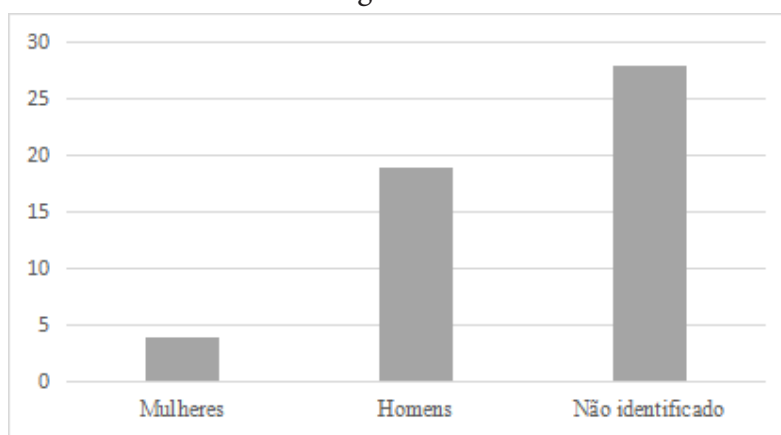
Os ataques misóginos perpetuados pelos grupos masculinistas não se limitam aos movimentos feministas, e abrangem, como recordam Oliveira e Silva (2019), a totalidade das mulheres, independente da sua proximidade com o pensamento feminista:

⁹ Como a ativista feminista Lola Aronovich, alvo de ataques de trolls masculinista há 15 anos, descreve em entrevista para o Projeto Colabora (AGUIAR, 2023).

O comportamento misógino típico dos adeptos ao masculinismo encontram ecos cotidianamente na dinâmica social, enraizado no discurso machista e perpetuado nos mais variados espaços da estrutura social. A culpabilização das mulheres em relação aos variados comportamentos dos homens (como a violência sexual, gravidez, pagamento de pensão alimentícia, entre outros), demonstram o ódio pautado nos discursos que, por inúmeras vias, ressaltam a crise da masculinidade na contemporaneidade (Oliveira e Silva, 2019, p. 1624).

Além do tipo de repertório, foram extraídos das notícias os nomes das lideranças de cada de cada evento e, posteriormente, separados de acordo com o gênero. O número de homens em posições de destaque é substancialmente superior ao número de lideranças femininas, ainda que nomes como Sara Winter e Damares Alves¹⁰ tenham maior repercussão midiática.

Gráfico 3 - Lideranças dos eventos antifeministas no Brasil (2013-2022) separadas por gênero



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Por fim, sublinhamos a proximidade desses repertórios de confronto antifeministas com a ascensão da extrema direita no país e a progressiva contestação dos direitos das mulheres. Santana (2022) ressalta que a disseminação do neoconservadorismo religioso desde os anos 1980 é atribuída ao crescimento da participação de atores evangélicos, às coalizões entre católicos e evangélicos, à crescente mobilização das chamadas “cidadanias religiosas” e à deterioração das condições de vida de diversos segmentos da sociedade, os quais foram negligenciados tanto pelo Estado quanto pela esquerda tradicional e, inclusive, pelos próprios movimentos sociais. A instrumentalização da retórica anti-gênero e antifeminista não apenas reflete uma posição ideológica, mas também serve como uma

10 Pastora evangélica fundamentalista, Damares foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 até 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

estratégia política adotada por setores conservadores para mobilizar suas bases de apoio. Nesse sentido, os repertórios de confronto são utilizados para amplificar e mobilizar esses grupos por meio de suas performances.

Barreira (2022) argumenta que o neoconservadorismo utiliza a religião como um instrumento de coesão social, identificando inimigos tanto internos (como comunismo, contracultura, marxismo cultural e feminismo) quanto externos (comunismo, terrorismo, globalismo). Segundo a autora, o pânico moral é uma ferramenta crucial nesse processo, disseminando o temor de uma suposta decadência moral e de ameaças às famílias e à civilização ocidental. Os fiéis cristãos desempenham um papel vital nessa estratégia, essenciais para a promoção do neoconservadorismo e do neoliberalismo. Nesse contexto, a oposição à ideologia de gênero é central e serve como justificativa para incitar o pânico moral e mobilizar ações na sociedade (Barreira, 2022).

Observa-se uma narrativa permeada pelo pânico e pelo temor, onde diversos problemas sociais são atribuídos à presença e influência dos comunistas ao longo do tempo. Gonçalves (2023) destaca que questões como desemprego, pedofilia, insegurança pública, tráfico de drogas, crime organizado, deterioração da família e outros são associadas à suposta atuação desses grupos. Nessa narrativa, a presença de comunistas é vista como responsável pela ameaça à pureza de um passado idealizado, que resulta em humilhação, ressentimento e perdas para a sociedade. A categorização dos comunistas inclui não apenas políticos e ativistas, mas também grupos como feministas, LGBTQIA+, populações originárias e povos tradicionais, constituindo uma ampla gama de atores percebidos como ameaças à ordem social estabelecida (Gonçalves, 2023).

De acordo com Alonso (2019), esse “conjunto de valores de orientação de conduta e interpretação da realidade” emergiram a partir dos protestos contra a corrupção ainda em 2011, embora tenham raízes mais profundas. Segundo a autora:

Debochar dessa comunidade moral é inócuo. “Picarescos”, como Trump e Bolsonaro, vencem eleições porque não são “picarescos” para todos. Representam a maior parte da sociedade. É preciso entender as motivações, os medos, a lógica desses representados. Talvez assim seja possível explicar como o sonho da Nova República de uma democracia socialmente justa azedou em pesadelo. (Alonso, 2019, p. 68)

Entre 2019 e 2022, Jair Bolsonaro fez uma série de declarações e políticas misóginas enquanto estava à frente da presidência do país. Durante todas as campanhas eleitorais e o mandato presidencial, Bolsonaro se opôs ao feminismo e promoveu diversas políticas que atacam os direitos das mulheres, como a redução do orçamento para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e a extinção do Ministério das Mulheres. As

ferramentas discursivas e os repertórios de grupos antifeministas, que o alçaram ao poder, também reavivaram os valores de *Deus, pátria e família* que guiaram regimes totalitários no mundo todo, incluindo o golpe militar brasileiro.

Considerações finais

Os primeiros resultados do estudo mostram que os grupos antifeministas brasileiros estão adotando novos modelos de repertório de confronto — que não são inéditos nos estudos de repertórios de movimentos sociais, mas evidenciam formas de ação coletiva não utilizadas anteriormente pelo contramovimento antifeminista no país. O exemplo mais marcante desse fenômeno é a realização do I Congresso Antifeminista do Brasil em agosto de 2018, seguido pelo 1º Fórum Antifeminista do Rio Grande do Norte em julho de 2022, que reuniram principalmente participantes de cunho religioso e conservador. Há dois aspectos inovadores nessas iniciativas: i) o fato de seus organizadores reconhecerem e abraçarem a identidade *antifeminista*; ii) a contraposição direta ao feminismo como eixo temático, enquanto a maior parte dos repertórios se concentra em temas específicos, como o aborto e a ideologia de gênero.

Destacamos também que, apesar do fracionamento em diferentes grupos, os antifeministas não investem em repertórios diversificados, mas, sim, na concentração de perfis diversos em um mesmo ambiente. Encontram-se, liberais ou conservadores, religiosos ou masculinistas, na expressão do homem beligerante e da mulher “bela, recatada e do lar”, onde o nacionalismo ecoa e o aborto é o maior dos crimes. Suspeitamos, como expressam Santos, Mottin e Silva (2022), que o feminismo é o alvo pelos riscos revolucionários que traz a uma sociedade machista. Por fim, o estudo sugere que a inflexão dos repertórios de confronto antifeminista na última década acompanhou — e influenciou — os debates na arena política brasileira, além de guiar à presidência do país uma das expressões mais expoentes do antifeminismo.

Recebido em 10 de janeiro de 2024.

Aprovado para publicação em 18 de abril de 2024.

Referências bibliográficas

ABRAMS, B.; TRAVAGLINO, G. A.; GARDNER, P. R.; CALLAN, B. The Meaning of Contention. *Contention*, v. 10, n. 2, 2022.

ABREU, D. L. de; LEITE, J. F. Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de

confronto. **Revista Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 12-35, 2016.

AGUIAR, A. C. Lola Aronovich: a machosfera usa tecnologia para perpetuar a misoginia. **Projeto Colabora**, 29 de março de 2023. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/lola-aronovich-machosfera-quer-perpetuar-a-misoginia/>. Acesso em: 23 out. 2023.

AGUIAR, B. S.; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda política - Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, v. 7, n. 3, 2019.

ALONSO, A. A comunidade moral bolsonarista. **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v.2, n.3, jun., 2012.

ANJOS, J. C. V. “As garras do feminismo”: discurso de ódio antifeminista no Facebook e o senso de urgência controlada. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 45, e2022119, 2022.

AQUINO, A. F. **Antifeminismo brasileiro**: I Congresso Antifeminista do Brasil. 2020. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BALIEIRO, A. K. S; NARZETTI, C. N. P. Metáfora e sexualidade da mulher: uma análise discursiva de publicações antifeministas nas redes sociais. **Odisseia**, Natal, RN, v. 7, n. 2, jul.-dez, 2022.

BARON, L. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. **Simbiótica - Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 191-217, 2019.

BARREIRA, C. S. **El culto a la masculinidad - Las prácticas de las masculinidades en los repertorios políticos en los grupos neoconservadores en Brasil**. Orientadora: Sofía Argüello Pazmiño. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Flacso, Ecuador, 2022.

BELELI, I. Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. **Sexualidad, Salud Y Sociedad - Revista Latinoamericana**, vol. 38 (dossiê). Rio de Janeiro, 2022.

BONET-MARTÍ, J. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión. **Teknokultura - Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, Madrid, vol.18, n.1, set., pp.61-71. 2021.

BONET-MARTÍ, J. Antifeminismo: Una forma de violencia digital en América Latina. **Nueva sociedad**, n. 302, 2022.

“Brasil sem aborto, Brasil sem drogas”. Bandeira de Bolsonaro não incomoda Marcelo. **Contacto**, 8 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.contacto.lu/mundo/brasil-sem-aborto-brasil-sem-drogas-bandeira-de-bolsonaro-n-o-incomoda-marcelo/505970.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

Cartazes contra o feminismo são espalhados em corredores da UFRGS. **G1**, 12 de abril de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/cartazes-contr-o-feminismo-sao-espalhados-em-universidade-do-rs.html>. Acesso em: 29 out. 2023.

Católicos vão à Câmara de Cuiabá e ‘diversidade sexual’ é retirada de plano. **G1**, 24 de junho de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/06/catolicos-vao-camara-de-cuiaba-e-diversidade-sexual-e-retirada-de-plano.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

CRUZ, M. H. S.; DIAS, A. F. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, n.1, jan-abr, 2015.

DEL PINO DÍAZ, D. Presentación de las bases culturales de los grupos masculinistas contemporáneos: antifeminismo y transgresión reaccionaria. **Asparkía - Investigación feminista**, [S. l.], n. 44, p. 1–22, 2024.

FERNANDES, E. G. O repertório da ação policial: contribuições da literatura sobre policiamento a protestos para o estudo da repressão política no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 8, n. 20, p. 102–127, 2020.

GALZERANO, L. S. A ofensiva anti-gênero na sociedade brasileira. **Revista Trabalho**

Necessário, Niterói, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021.

GING, D. Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. **Men and Masculinities**, v.22, n.4, 2019.

GOMES, S. S. R. Da ação coletiva ao crime: repertórios de movimentos sociais e facções prisionais. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 7, n. 17, 2019.

GOMES, S. S. R.; CANTU, R. The Conservative Wave and Corporate Practices in Brazil: The Controversy over LGBTQ in Marketing. **Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 55, n. 2, p. 267-92, 2023.

GONÇALVES, L. S. “**Não sorria. Estamos em guerra**”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Bringel. 2023. 354 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HOLLANDA, H.B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, n. 62, 2021.

MOITA, J. F. G. S. Antifeminismo na luta pela emancipação das mulheres: o Femen Brazil revisita o essencialismo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Anais Eletrônicos, Florianópolis, SC, 2013.

MOREIRA, T. B. R. Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas O Malho e Careta. **Epígrafe**, São Paulo, SP, v. 7, n. 7, p. 55-81, 2019

“Mulheres Feministas: masculinizadas, velhas, rodadas, rancorosas, invejosas e sozinhas”. **Mulheres Contra o Feminismo**. Disponível em: <https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/2022/03/11/mulheres-feministas-masculinizadas-velhas-rodadas-rancoro->

sas-invejosas-e-sozinhas/. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, R. C.; SILVA, R. Masculinismo e misoginia na sociedade brasileira: uma análise dos discursos dos adeptos ao masculinismo, **Revista Philologus**, v. 27, n. 81. 2021.

OLIVEIRA, R. C. de; LIMA, J. de C. P.; GOMES, R. F. Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise sobre a violência sexual contra mulheres. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 1. 2019.

PINTO, B. O. Antifeminismo e violência política sexista: entraves para a participação das mulheres na política no Brasil. **Revista Feminismos**, vol.9, n.2, maio/ago, 2021.

RUIBAL, A. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contra-mobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v.14, p. 111–138, 2014.

SANTANA, A. T. “Anti-feminist Meeting Points in Latin America: Religious Neoconservatism, Authoritarian Neoliberalism, and Beyond.” In: **Global Authoritarianism: Perspectives and Contestations from the South**. International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (ed.), p.140-158. Bielefeld: Verlag, 2022.

SANTOS, D. B. C.; MOTTIN, K. V.; SILVA, A. As cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação. **Dialogia**, São Paulo, SP, n. 41, maio/ago, 2022.

SANTOIRE, B. Reacción antifeminista y politización de las normas globales de género. **Revista Lüvo**, [S.I.], vol. 9, n. 1, fev, 2022.

SCHMIDT, R. T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.3, setembro-dezembro, 2006.

SILVA, M. P. A. S.; GOMES, G. P. Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram. **Rebecin**, São Paulo, SP, v.9, n. especial, p. 1-13, 2022.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 8, n. 20,

p. 26–49, 2020.

SOIHET, R. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n. 3. set-dez, 2005.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 38, p. 1-40, 2022.

TILLY, C. Social movement as historically specific clusters of political performances. **Berkeley Journal of Sociology**, v.4, n.38, 1993.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, 2012.

VIEIRA, B. M. Grupo pró aborto legal monta tenda após vítima de estupro ser agredida em frente a hospital público. **G1**, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/29/praca-em-frente-a-hospital-de-sp-tem-convivencia-pacifica-de-grupos-pro-e-contra-o-aborto-legal.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2023.